

A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO SUDOESTE GOIANO E SUAS IMPLICAÇÕES À LUZ DA TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

Heverton Eustáquio Pinto¹

Alcido Elenor Wander²

RESUMO

O sudoeste goiano é uma das regiões mais importantes entre as produtoras de grãos brasileiras. O presente artigo objetiva discorrer sobre a formação econômica da região e apontar os custos de transações ocorridos aos produtores de grãos. O tema parte da discussão oriunda de teoria econômica institucionalista, como também a conceituação a respeito das instituições, dos custos de transação e a explanação a partir da formação econômica do sudoeste goiano. Para compreender os custos de transação ocorridos para os produtores de grãos, daquela região, que não optaram por integrar-se ao modelo de integração-verticalização das novas agroindústrias instaladas na região. As transformações da economia do sudoeste goiano podem ser explicadas pela economia dos custos de transações, a partir dos estudos bibliográficos que deduzem os custos nos arranjos organizacionais e formação de contratos. Os produtores foram beneficiados por novos atores no cenário competitivo na região acompanhando os pela nova fronteira agrícola brasileira.

Palavras-chave: Teoria dos custos de transação, Sudoeste Goiano, Agroindústrias, Formação Econômica, Arranjos Contratuais

ABSTRACT

Southwest of Goiás is one of the most important grain producing regions of Brazil. This article aims to discuss the economic formation of the region and point the transaction costs incurred to grain producers. The theme of the discussion coming from institutionalist economic theory, as well as the concept about the institutions, transaction costs and the explanation from the economic formation of Southwest of Goiás. To understand the transaction costs incurred to producers of grains, the region that did not choose to integrate the model of vertical integration of new agricultural industries located in the region. Transformations of Southwest of Goiás' economy can be explained by the economy of transaction costs, from bibliographic studies deduct the costs in organizational arrangements and contracts. Producers have benefited from new players in the competitive landscape in the region following the new Brazilian agricultural frontier.

Key words: Transaction cost economics, Southwest of Goiás, agroindustry, economic formation, contractual arrangements

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO. E-mail: heverton.mg@uol.com.br

² Pesquisador A, Embrapa Arroz e Feijão, Santo Antônio de Goiás – GO. E-mail: alcido.wander@embrapa.br

INTRODUÇÃO

A microrregião do Sudoeste de Goiás está localizada na mesorregião do Sul Goiano, que é composta por outras cinco microrregiões. O Sudoeste de Goiás detém uma área total equivalente a 2,47 milhões de hectares, 16% da área total do estado, compreendendo um total de 26 municípios. Os municípios de Rio Verde e Jataí concentram mais de 50% da população microrregional e das principais atividades econômicas (SEPIN, 2012).

A formação econômica do Sudoeste de Goiás acompanhou a formação da nova fronteira agrícola no Centro-Oeste brasileiro. Os investimentos, incentivos públicos e o preço baixo da terra provocaram uma onda de migração de proprietários rurais e produtores oriundos das regiões do Sul e do Sudeste para o Sudoeste de Goiás, os quais adquiriram grandes quantidades de terras com o dinheiro da venda das propriedades nas regiões de origem, que eram mais valorosas (BORGES, 2012).

Para Borges (2012) é esse o movimento que trouxe a incipiente modernização e a mentalidade empresarial/capitalista, experimentada após 40 anos da modernização da agricultura do sul e sudeste, bem como, o cultivo de novos produtos agrícolas para o cerrado, dentre eles: a soja. Esta, a partir da década de 1970, passa a figurar como um produto agrícola importante na região, transformando a dinâmica econômica e espacial. O sudoeste goiano teve um desenvolvimento diferenciado das demais regiões do estado, por ser uma área agropecuária de ocupação bastante antiga, próxima ao Triângulo Mineiro e São Paulo (CARMO et. al., 2002, p. 304).

O presente artigo está dividido em duas partes. A primeira discorre sobre a formação econômica e os principais determinantes e fenômenos que influenciaram a ocupação do espaço da região. E na segunda parte, deduzimos os custos de transação vivenciados pelos produtores de grãos que não optaram por integrar-se a alguma indústria verticalizada aos novos modelos de produção agroindustrial consolidado na região.

Este artigo se apoia na pesquisa tipo qualitativo em que buscará apontar os fatos e fenômenos que contribuíram para a formação econômica do sudoeste goiano. Tem um caráter bibliográfico e exploratório, com os quais avaliaremos se a teoria dos custos de transação poderá explicar o comportamento dos produtores de grãos. Perceberemos

também, como estes produtores comportarão frente aos arranjos produtivos observados na nova dinâmica econômica do sudoeste goiano.

Formação econômica e desenvolvimento do Sudoeste de Goiás

Inicialmente, a principal atividade econômica na região era a criação de gado. A partir da década de 1960, a região passa a vivenciar uma nova fase de desenvolvimento agrícola conhecida como a modernização da agricultura. Esta modernização foi incentivada pelo chamado “pacote tecnológico” da Revolução Verde, e principalmente pela intervenção do Estado por meio das políticas desenvolvimentistas.

O desenvolvimento regional apoiado pelo Estado tinha como objetivo diminuir as desigualdades regionais. Desta forma, foram implementadas diversas políticas públicas de desenvolvimento regional, em que pode se destacar o incentivo a expansão da fronteira agrícola (PEDROSO E SILVA, 2005).

Com o processo de modernização e inserção do cultivo de soja no sudoeste de Goiás, dentro da nova fronteira agrícola nacional, várias agroindústrias começaram a atuar na microrregião. Algumas implantaram unidades de armazenagem e/ou processamento e outras, escritório de compra e venda de produtos, fundamentalmente, a soja.

Neste grupo, pode-se destacar a atuação de três grandes agroindústrias de inserções nacional e internacional, Caramuru Alimentos S/A, Cargil Agrícola S/A e Coimbra S/A além da COMIGO (Cooperativa Mista de Produtores do Sudoeste Goiano Ltda.), cooperativa que surgiu por iniciativa de atores locais e contribuiu para a transformação do espaço microrregional (BORGES, 2012).

O destaque do Sudoeste de Goiás na produção de grãos guarda relação com o crescimento da produção de soja no Brasil, que envolveu especialmente o Centro-Oeste. Em uma escala de nível nacional, essa expansão ganhou velocidade nos anos 1970, com a quantidade produzida ampliada em dez vezes em uma década. Houve saltos de produção na década de 1990 e notadamente na de 2000, quando o volume passou de 33 milhões de toneladas para 68 milhões em 2010 (LINS E GOULART, 2010).

A expansão do cultivo de soja e juntamente o seu Complexo Agroindustrial (CAI) na região Centro-Oeste, em particular no Sudoeste de Goiás, esteve ligada à presença de cooperativas que servem como propulsoras para a produção do grão,

receptoras, processadoras, distribuidoras, consumidoras e, em alguns casos, produtora de insumos e financiadoras dos produtores, como afirmam Castro e Fonseca (1995), Cleps Júnior (1998), Campos (1999) e Borges (2012).

Com o advento da modernização e inserção da produção de soja no Sudoeste de Goiás, várias agroindústrias iniciaram a atuação na microrregião. Algumas implantaram unidades de armazenagem e/ou processamento e outras, escritório de compra e venda de produtos, fundamentalmente, a soja.

Ademais, a inserção do cultivo de milho nos sistemas produtivos e instalação de um complexo agroindustrial consolidado e inerente ao complexo da soja foi resultado da evolução do agronegócio que envolveu não apenas o Sudoeste de Goiás, como o estado de Goiás e a região Centro-Oeste. A região sofreu ainda influência da reconfiguração geográfica da indústria no país, particularmente aquelas ligadas ao beneficiamento de matérias primas agrícola, além de investimentos de multinacionais ligadas à cultura da soja (GOULART, 2012).

Dois fatos contribuíram para a nova reconfiguração do espaço agroindustrial: primeiro, o incremento da demanda, a nível nacional, por itens alimentícios, objetivando abastecer as regiões centrais do país, que começaram no pós 1930.

E segundo, neste mesmo período, iniciou um processo de industrialização e crescimento dos centros urbanos; e posteriormente, a construção de ferrovias e estradas em Goiás. Essas vias de circulação construídas, nas primeiras décadas do século XX, para interligar o estado aos centros urbanos do Sudeste, trouxeram para o Sudoeste de Goiás uma nova dinâmica, pois representavam uma possibilidade de escoamento da produção agrícola, com maior facilidade.

Mesmo não passando pelo espaço da microrregião, as ferrovias foram importantes elementos na dinamização das atividades agrícolas, pois permitiram por meio do transporte intermodal, a circulação da produção de grãos para os principais mercados consumidores do país. Com isso, os produtores da região passaram a se dedicar, não somente à pecuária, mas também, à produção de grãos. Assim, em 1940, municípios como Rio Verde e Jataí exportavam gado, milho e arroz para outros estados (BORGES, 2012).

Outros fatores da região atraíram as agroindústrias para o Sudoeste de Goiás, como a produção local de milho e farelo de soja, as condições climáticas e topográficas,

a localização geográfica, além dos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos governos das esferas estaduais e federal.

Cabe mencionar a importância da organização política e econômica dos produtores rurais, traduzida na criação em 1975 da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO). Seu papel na difusão regional da cultura da soja foi muito importante, contribuindo decisivamente para a solidificação de um tecido produtor de grãos. O grande impulso veio no final dos anos 1980, quando uma unidade de esmagamento de grãos somou-se às suas atividades de fornecimento de insumos, assistência técnica, armazenamento e comercialização (LEITE, 2004).

Sobre essa base, tomou forma um complexo centrado na soja, com investimentos (que se agregaram aos da COMIGO) de empresas nacionais e estrangeiras como Kowalski Alimentos, Coinbra, Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial, Cargill Agrícola, Monsanto, Pioneer Sementes e Brasilata. Os números da soja na região são marcantes: de 1980 a 2010, a produção saltou de 75,1 mil toneladas para 3,1 milhões de toneladas (BORGES, 2012).

Segundo Pedroso e Silva (2005), a produção de grãos na região se destaca em razão de ter sofrido desde a década de 1960, “uma forte e acelerada mudança em sua base produtiva, com o importante apoio do Estado, como provedor das políticas públicas e dos fundos necessários para essa execução”.

O POLOCENTRO (Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado), programas governamentais, foram muito importantes para a transformação da área do cerrado e significou melhoria de infraestrutura para a região Sudoeste de Goiás.

A região Sudoeste de Goiás foi uma das doze áreas de cerrado beneficiadas pelo POLOCENTRO, que teve como principal objetivo o desenvolvimento e modernização das atividades agropecuárias na região Centro-Oeste e oeste do Estado de Minas Gerais. Estes programas foram criados dentro do II PND (Programa Nacional de Desenvolvimento) sendo uma das causas da povoação e inserção da região Centro-Oeste no mercado nacional (SILVA, 2014).

Fazia parte deste programa toda infraestrutura adequada visando o desenvolvimento do capital, ou seja, transformar a área do cerrado, substituindo as técnicas até então existente por novas técnicas e novos mercados econômicos. Porém, este programa acentuou a concentração fundiária, beneficiando a produção em larga

escala, principalmente por meio de créditos e de assistência técnica, enquanto para as pequenas propriedades praticamente ficou sem recursos e benefícios (SILVA, 2014).

As políticas estatais de modernização do território impulsionaram a formação econômica na região do Sudoeste Goiano, condicionando o território a uma nova dinâmica econômica de configuração sócio espacial, pautado na modernização das atividades agrícolas e na concentração fundiária, corroborando com Matos e Pessoa (2010), que afirmam que a consolidação da modernização agrícola só foi possível porque foi articulada com políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento agropecuário do país; com a implantação de infraestrutura, programas e desenvolvimento de pesquisas (SILVA, 2014).

Os produtores de grãos da região sudoeste foram beneficiados pela inserção do espaço territorial numa nova fronteira, o que demandou altos recursos, colaborou com a modernização após esse processo firmar-se no sul e sudeste do país. Assim, com apoio de política desenvolvimentistas voltadas à região, foram formados empresariados rurais abertos a novos processos produtivos que conseguiram atender a demanda do fenômeno modernizante que emergiu na região.

No próximo tópico, discorreremos sobre os impactos a luz do custo de transação, aos produtores de grãos, causados ao até então novo paradigma modernizador vivenciado a partir de 1990 na qual ocorreu a acentuação da agroindustrialização do Sudoeste de Goiás.

A economia dos custos de transação e a agroindustrialização do Sudoeste de Goiás

As correntes teóricas voltadas às organizações produtivas destacam os custos como fator decisivo para a sua coordenação e distribuição de suas atividades no ambiente produtivo. Constituem abordagens teóricas amplamente discutidas que contribuem para responder como as atividades econômicas se coordenam ou como se dão seus processos de governança - a Teoria Clássica e a Nova Economia Institucional.

Enquanto tradicionalmente a teoria econômica clássica procura determinar a alocação ótima dos recursos, dado certo conjunto de organizações econômicas (em geral família, firma e mercado), a Nova Economia Institucional (NEI) tem como objetivo identificar qual a melhor forma de organização das transações econômicas, cuja configuração altera as condições iniciais para a alocação de recursos.

A NEI compõe o conjunto de conceitos mais utilizados quando do estudo de estruturas de governança e de coordenação no agronegócio. A Economia dos Custos de Transação, uma das vertentes fundamentais de investigação da Nova Economia Institucional, sustenta que a questão da organização econômica é fundamentalmente um problema de governança (FERREIRA et al., 2005).

A noção de custo de transação tem origem no artigo fundador *The Nature of the Firm*, do qual o autor Ronald Coase (1937) conduz uma minuciosa investigação procurando elucidar a razão de existência da firma enquanto alternativa de coordenação das relações econômicas vis-à-vis do mercado. Coase (1937) retomou em sua investigação a exploração e o estudo dos diferentes modos de coordenação da atividade produtiva, seu artigo foi fundamental para a reintrodução das questões organizacionais dentro da análise econômica.

Buscando explicitar a razão de existência de firmas e a natureza de suas atividades, o autor ressaltou a significância do conceito ‘custo de utilização do mecanismo de preços’, que denota o conjunto de custos de realização de uma transação econômica que responda a uma livre troca de mercado, ou simplesmente, os ‘custos de marketing’.

Procurando expressar o mesmo raciocínio, em *The Problem of Social Cost* (1960), o autor utiliza o termo ‘custo de transação de mercado’ para identificar e caracterizar os custos de pesquisa e aquisição de informações, custo da procura de parceiros comerciais, custos de elaboração dos contratos, custos de negociação, custos de conclusão e controle do respeito das cláusulas contratuais (BERNADINO, 2010).

In order to carry out a market transaction it is necessary to discover who it is that one wishes to deal with, to inform people that one wishes to deal and on what terms, to conduct negotiations leading up to a bargain, to draw up the contract, to undertake the inspection needed to make sure that the terms of the contract are being observed, and so on. These operations are often extremely costly, sufficiently costly at any rate to prevent many transactions that would be carried out in a world in which the pricing system worked without cost (COASE, 1960, p.15).

O fato que o engajamento em transações comerciais é custoso denota em grande parte a arranjo interno destas transações, a promoção da firma cujo papel será gerenciar o que deveriam ser livres transações de mercado cada vez que, para isso, seus custos sejam menores que os custos destas mesmas transações intermediadas exclusivamente através do mecanismo de preços.

O esclarecimento sobre custos de transação segundo o Bernadino (2010) colabora com a definição de custos de transação segundo North (2006), quando ele argumenta que “Custos de transação podem ser definidos como aqueles a que estão sujeitas todas as operações de um sistema econômico”.

North (2006) argumenta que não necessariamente as operações econômicas são feitas por produtores de bens e serviços, são feitos também por agentes que estão envolvidos diretamente na ocupação da transação, como bancários, contadores, servidores públicos, gerentes e políticos, e que quanto mais complexa a economia se torna, mais atores daquela característica estarão envolvidos na coordenação e operação do sistema.

Shelanski e Klein (1995) listam cinco objetivos explicados pela economia dos custos de transação:

The goal of transaction cost economics is to explain contracting arrangements observed in practice. Where possible, TCE tries to explain these phenomena on efficiency grounds. We consider below five major categories of empirical phenomena explained by TCE: vertical integration, "hybrid" contracting modes, long-term commercial contracts, informal agreements, and franchise contracting. We believe that TCE has added to our understanding of each of these practices (SHELANSKI E KLEIN, 1995, p. 341).

Na prática a ECT, segundo Shelanski e Klein (1995), tenta explicar os arranjos produtivos em termos de eficiência, a partir de cinco fenômenos: integração vertical, contratos híbridos, contratos comerciais de longo prazo, acordos informais e contratação de franquias. Fenômenos observados e estudados pelos trabalhos abordados como referência neste artigo.

Na segunda parte deste estudo, analisam-se os fenômenos objeto da ECT na bibliografia consultada, que se referem ao comportamento dos agentes frente aos novos custos inerentes à dinâmica econômica de 1990, ou seja, os atributos das transações específicas da produção de grãos na região sudoeste e a governança das transações tipicamente adotadas pelos atores principais do sudoeste goiano.

O comportamento dos agentes

O trabalho de Gorga Neto (2006) buscou demonstrar o comportamento de grandes produtores frente à principal cooperativa na região sudoeste goiano, a COMIGO. Verifica-se que há um comportamento flexível quanto ao fechamento de contratos para venda, cuja formação agroindustrial da região aqueceu a competitividade com novos entrantes no setor de beneficiamento e processamento de grãos.

Devido ao grande número de entrantes no sistema agroindustrial na região sudoeste de Goiás e a baixa especificidade exigida para o beneficiamento e processamento de grãos, o produtor detém muitos canais de escoamento para a produção, levando a uma maior racionalidade na busca de melhores oportunidades. Podendo caracterizar-se num maior oportunismo frente às oscilações do mercado, dos quais os produtores buscam vantagens diante de um número relativamente grande de concorrentes.

Atributos das transações

Queiroz e Senju (2004) argumentam que a flexibilização propiciada pela integração da produção vegetal permite maior poder de decisão aos produtores de grãos pelo seu ativo não ser altamente específico, e o prazo relativamente curto de produção de grãos, milho, soja e sorgo, permite realocar recursos sem recorrer a custos irreversíveis ou fixos, incorridos comumente por aqueles produtores que optam por realizar uma integração vertical animal, na pecuária.

Um ativo é específico, quando sua realocação para outra atividade, no caso de um rompimento no contrato, por exemplo, é praticamente inexistente. A especificidade de ativos coloca em risco o investimento feito, caso a transação não seja realizada, pelo fato de o uso alternativo desse investimento ser baixo ou não existir. Quanto maior a especificidade dos ativos envolvidos em determinada transação, maior será a perda de valor devido à incompletude dos contratos e à ação oportunista por parte do outro agente, acarretando custos de transação (CARLINI e DANTAS, 2004).

Os contratos de compra e venda de grãos, especialmente soja, estão mais propensos às incertezas se os acordos firmados serão mantidos até o final da vigência do contrato. Os agentes, devido às incertezas provenientes do mercado se deparam com a

impossibilidade de criar cláusulas contratuais que associem os resultados futuros do contrato com a realidade futura do mercado, gerando assim insegurança na hora de tomar decisões e firmar contratos (ROCHA JUNIOR et al., 2008).

Governança das transações

O Sistema Agroindustrial - SAG na microrregião do sudoeste goiano se aproxima de uma estrutura de governança de mercado, envolvendo os produtores que optaram pela produção de grãos e que não se integraram a alguma agroindústria processadora. Williamson (1985) definiu tal estrutura, via mercado de governança das transações, na coordenação entre firmas, como caracterizada pela ausência de ativos específicos e dependência entre os atores, em que há uma maior liberdade de cada firma estabelecer transações com novos parceiros, diminuindo o risco de perdas econômicas.

Embora, os grãos produzidos na região sejam considerados mercadorias primárias, commodities, ou minimamente industrializadas, possuem negociabilidade global. Ademais, as características de baixa diferenciação contribuem para a exposição a oscilações de preços em várias praças influenciando ganhos e perdas nos fluxos financeiros ao redor do mundo.

Assim, Hiratuka (1997) argumenta que aquelas características próprias da produção de grãos fornecem informações de preços e quantidades necessárias que dispensam estruturas hierárquicas para lidarem com ativos específicos, evitando assim um grau de dependência entre vendedores e compradores do grão.

Entretanto, um estudo empírico de Paes Leme e Zylbersztajn (2008), argumenta que essas transações envolvendo a produção de grãos, podem ter um contorno híbrido (formas intermediárias entre os mercados e as hierarquias, combinando elementos desses dois extremos) quando são negociadas, comumente no caso da soja, fertilizante em troca de grãos.

Um arranjo em que o produtor adquire insumos (fertilizantes, recursos financeiros, sementes entre outros), e paga com a produção advinda da alocação dos insumos antecipados, realizando o que os produtores chamam de “troca”. A aversão ao risco e a confiança motivam o uso do arranjo troca, os maiores produtores de soja, diferentemente do esperado foram os que mais utilizaram o arranjo troca.

O estudo de Cunha, Scalco e Wander (2011) demonstra que a região do sudoeste goiano, representada no estudo pela maior cidade da região Rio Verde, apresentou um elevado custo de transação segundo o modelo *threshold* (modelo auto-regressivo para uma variável yt que consiste em uma combinação linear dos valores dessa variável para $t - p$ valores defasados no tempo, modelos bastante abrangentes e usuais no estudo de séries temporais), entre o mercado local e de São Paulo.

Argumentam que há uma preferência entre os agentes da região por contratos a termo devido à substancial demanda local por grãos, oriunda das agroindústrias integradoras e processadoras. Os resultados indicaram riscos de base significativamente grandes devidos aos altos custos de arbitragem, mensurados pelo elevado *threshold*, o que restringe a eficácia das operações de *hedging* na bolsa por parte dos produtores de milho na região de Rio Verde. Por isso, os agentes preferem reduzir os custos de transação regionais, decidindo por operações de termo, por exemplo, diretamente com integradores, confinadores e agroindústrias processadoras (CUNHA, SCALCO E WANDER, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o território do sudoeste goiano esteve integrado ao fenômeno de abertura de novas fronteiras agrícolas brasileiras, recebendo o novo complexo agro industrial, constituído de processadores de grãos e carnes que configuraram o novo mapa da integração industrial do país. Tal fenômeno foi corroborado pelas características locais, base social produtiva empresarial, investimentos de conglomerados industriais e incentivos em planos fiscais e desenvolvimentistas para a região.

Os produtores de grãos da região ganharam novos parceiros e uma dinâmica econômica local própria, como demonstram os estudos de Cunha, Salco e Wander (2013) sobre a integração de mercados regionais (Rio Verde e São Paulo), o trabalho de Gorga Neto (1996) quanto ao perfil e comportamento dos produtores do sudoeste goiano e os desdobramentos da agroindustrialização da região por Lins e Goulart (2010).

Devido à flexibilização característica da produção vegetal, em comparação ao empresário rural que optou por integrar-se ao complexo de carnes, os produtores de

grãos não recorrem mais a comercialização à distância para abastecimento dos mercados mineiros e paulistas.

Beneficiadoras, processadoras de grãos e alimentos respondem pela demanda local da produção, elevando assim a competitividade e diminuindo (ou podem elevar) os custos de transação da produção local, onde se verifica um esforço para que os arranjos contratuais possam equilibrar as pressões entre produtores e agroindústrias, tendendo a diminuir, assim os custos de transacionar a produção de grãos para aqueles produtores que não optaram por integrar-se a cadeia de carnes da região.

REFERÊNCIAS

BERNADINO, Mateus. **Regulamentação e Economia dos Custos de Transação**. Dissertação de Mestrado pela Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, Paris 2009-2010.

BORGES, Ronan Eustáquio. Complexo agroindustriais e desenvolvimento regional: O caso do sudoeste de Goiás. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. ISSN: 1983-487X. Uberlândia-MG, 2012.

CAMPOS, Christiane S. S. **Complexo Agroindustrial, sob forma de cooperativas, na ocupação e uso do Cerrado - o caso da COMIGO em Rio Verde-GO**. Goiânia (GO), 1999, 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia (GO), 1999.

CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CLEPS JUNIOR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998, 291p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro (SP). 1998.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. **Economica**, v.4, n.16, p.386-405, 1937.

COASE, Ronald H. **The problem of social cost**. Palgrave Macmillan UK, 1960.

FERREIRA, Gabriel Murad Velloso; GONÇALVES, Wilson Magela; PEDROZO, Eugenio Avila; TAKITANE, Izabel Cristina. A economia dos custos de transação sob uma análise crítica: perspectivas de aplicação no agronegócio. **43º Congresso da SOBER**, 2005.

HIRATUKA, Célio. Estruturas de Coordenação e Relações Interfirmas: Uma Interpretação a partir da Economia dos Custos de Transação e da Teoria Neo-

Schumpeteriana. In: **Revista de Economia de Empresas**, São Paulo, v.4, n.1, p.17-32, jan./mar. 1997.

LEITE, Tasso de Sousa. **Encontro produtivo e ancoragem territorial: coordenação e relações firma-território em arranjos produtivos agroindustriais**. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MATOS, F.P. de; PESSOA; V.L.S. A Trama Socioespacial do Agronegócio do Sudeste Goiano. In: **XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS**, 2010, Porto Alegre. XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS, 2010.

NORTH, Douglas. **Custos de transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Instituto Liberal 3ed, Rio de Janeiro: 2006.

PAES LEME, Maristela Franco; ZYLBERSZTAJN, Decio. Determinantes da escolha de arranjos institucionais: evidências na Comercialização de Fertilizantes para Soja. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.46, n.2, p.517-546, 2008.

PEDROSO, Ízula Luiza Pires Bacchi; SILVA, Antenor Roberto Pedroso da. O papel das políticas públicas no desenvolvimento industrial de Rio Verde - GO. **Caminhos de Geografia**, v.6, n.15, p.20-27, jun. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15384>. Acesso em: nov. 2015.

QUEIROZ, Antonio Marcos; SENJU, Eliana Kiyomi Adati. A abordagem da Economia dos Custos de Transação e da Teoria Neo-Schumpeteriana na avicultura de corte: o caso da Perdígão - Rio Verde/Goiás. **Revista Acadêmica Eletrônica ALFA**, Goiânia, v.1, p.1-10, 01 set. 2004.

ROCHA JUNIOR, Weimar Freire da; CARVALHEIRO, Elizângela Mara; STADUTO, Jefferson Andronio; OPAZO, Miguel Angel Uribe. Avaliação de contratos: uma abordagem utilizando a Análise Fatorial de Correspondência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.46, n.2, p.455-480, 2008.

SHELANSKI, Howard A.; KLEIN, Peter G. Empirical Research in Transaction Cost Economics: A Review and Assessments. **Journal of Law, Economics & Organization**, v.11, n.2, p.335-361, 1995.

WILLIAMSON, Oliver E. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York: The Free Press, 1985.